

# CENTRO DE REFERÊNCIA DA MULHER: violência contra as mulheres e informação

Gisele Rocha Cortes\*

artigo de revisão

## RESUMO

A violência é uma violação de Direitos Humanos que afeta mulheres de todas as idades, de variadas classes sociais, de diferentes regiões, grupos étnico-raciais, graus de escolaridade e religiões, em todo o Brasil. Um dos principais desafios nas estratégias de prevenção e de dimensionamento do fenômeno no país centra-se no processamento da informação. Nesse sentido, a pesquisa se propôs investigar a violência contra mulheres, com a interface dos fundamentos teóricos e princípios da Gestão da Informação, tendo como objetivo principal criar um banco de dados com o perfil das mulheres atendidas no Centro de Referência da Mulher Fátima Lopes - Campina Grande/Paraíba. O estudo inseriu-se numa abordagem quantitativa, com a qual objetivamos descrever os indicadores e as tendências observáveis do perfil das mulheres atendidas no equipamento. As estratégias de ação foram alicerçadas nos princípios e técnicas da Gestão da Informação para a criação de um banco de dados no programa Excel. O Centro de Referência da Mulher Fátima Lopes vem assumindo papel significativo no atendimento às mulheres em situação de violência, sendo necessário aperfeiçoar continuamente a gestão da informação, visando o planejamento de ações e a tomada de decisões condizentes com as necessidades informacionais das mulheres.

**Palavras-chave:** Informação. Gestão da Informação. Violência contra Mulheres. Órgãos de atendimento às mulheres em situação de violência. Estudos de Gênero.

\* Docente UFPB. E-mail: giselerochacortes@gmail.com

## 1 INTRODUÇÃO

A violência de gênero afeta mulheres de distintas faixas etárias, classes sociais, grupos étnico-raciais, graus de escolaridade, em todo o mundo. A Organização Mundial de Saúde – OMS aponta que mais de um terço das mulheres de todo o mundo sofre violência física e sexual (KELLAND, 2013). O fenômeno configura-se como problema de saúde pública, com repercussões

endêmicas. Nesta perspectiva, os efeitos da violência física, sexual, psicológica, moral e patrimonial sobre a saúde física e mental das mulheres são vislumbrados por meio da depressão, ansiedade, síndrome do pânico, gravidez não desejada, distúrbios gastrointestinais, dentre outros.

No Brasil, os estudos sobre o fenômeno têm revelado a complexa e cruel realidade vivenciada pelas mulheres. O país ocupa sétima posição na incidência de homicídios de mulheres, num ranking de 84 países. De 1980 a 2010, triplicou o número de mortes e foram assassinadas acima de 92 mil mulheres, 43,5 mil só na última década. Neste universo, o homicídio de mulheres situa a Paraíba na sétima posição, com a taxa de 6,0 em cada 100 mil mulheres (WAISELFIZ, 2012). Supõe-se que os dados estão aquém da realidade, tendo em vista a subnotificação que permeia a violência contra as mulheres.

O assassinato de mulheres, expressão fatal das violências, tem sido denominado “feminicídio”, tendo em vista sua intencionalidade e sua vinculação com uma construção sócio-histórica que legitima a subordinação das mulheres. É o assassinato de uma mulher pela condição de ser mulher. O termo explicita que os

crimes contra as mulheres não são aleatórios, pelo contrário, são engendrados no contexto de profundas desigualdades, em geral cometidos por homens contra as mulheres, em contexto de relações de intimidade e afeto<sup>1</sup>. Conforme Brasil (2013, *online*) “[...] o feminicídio representa a última etapa de um *continuum* de violência que leva à morte. Precedido por outros eventos, tais como abusos físicos e psicológicos, que tentam submeter as mulheres a uma lógica de dominação masculina [...]”.

Essencial destacar que as desigualdades na produção da violência de gênero estão entrelaçadas e imbricadas aos marcadores sociais de classe, raça, regionalidade, que se mesclam, cruzam e potencializam a configuração da violência (SAFFIOTI, 2004; RUFINO, 2001).

A despeito do expoente avanço das Tecnologias de Informação e Comunicação, nas últimas décadas, o diagnóstico preciso da natureza dos crimes praticados contra as mulheres e a produção de estatísticas sistemáticas e oficiais acerca do tema configura-se como

---

<sup>1</sup> Tramita no Senado o Projeto de Lei, Nº 292 de 2013, que propõe a alteração do Código Penal e inserção do feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio. Disponível em: <[http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p\\_cod\\_mate=113728](http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=113728)>. Acesso em: 04 nov. 2014.

um dos principais desafios nas estratégias de prevenção e de monitoramento do fenômeno no país e na América Latina.

A deficiência de sistemas integrados dos registros de ocorrências na rede de enfrentamento à violência (saúde, justiça, segurança pública, assistência social, entre outros) e a neutralidade de gênero e raça/cor nas práticas estatísticas limitam a realização de pesquisas e resultam em obstáculos para os órgãos de atendimento traçar metas, reduzir incertezas na tomada de decisões e intervir na realidade.

A propagação e o compartilhamento da informação crescem exponencialmente no mundo, e, no âmbito das organizações, a exemplo do Centro de Referência Fátima Lopes<sup>2</sup>-CRMFL, uma quantidade considerável de informação é produzida o tempo todo. Potencializar os processos de produção e gestão da informação torna-se fundamental para realizar diagnósticos sobre a complexa dinâmica da violência de gênero, visibilizar os crimes cometidos, e, conseqüentemente, aprofundar as análises e o controle social no tocante à violência.

---

<sup>2</sup> O nome do Centro de Referência foi uma homenagem à Defensora Fátima Lopes, morta em janeiro de 2010 em um acidente de trânsito na Avenida Eptácio Pessoa, em João Pessoa.

Destarte, a pesquisa se propôs a investigar a violência contra mulheres, com a interface das discussões a respeito da Violência contra as Mulheres e princípios da Gestão da Informação, tendo como objetivo principal, neste artigo, apresentar e descrever o perfil das mulheres atendidas no Centro de Referência da Mulher Fátima Lopes – Campina Grande/PB<sup>3</sup>.

Muitos são os estudos delineando a informação como ação transformadora das relações e problemas sociais (GARCIA; TARGINO; DANTAS, 2012; OLINTO, 2006, ALBUQUERQUE; NASCIMENTO, 2005), mas ainda são poucas as produções que articulam a Ciência da Informação com Estudos de Gênero e Violência contra mulheres (BRUFEN; NASCIMENTO, 2012; ESPÍRITO SANTO, 2008).

## 2 VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E INFORMAÇÃO

No Brasil, na década de 1970, os movimentos de mulheres e feministas configuraram-se como protagonistas no enfrentamento à violência contra as

---

<sup>3</sup> A pesquisa foi desenvolvida no âmbito do Projeto "Informação e Violência contra as Mulheres: Centro de Referência Fátima Lopes", vinculada ao Programa de Iniciação Científica da Universidade Federal da Paraíba. Está inserida no projeto Laboratório de Tecnologias Intelectuais - LTI, do Departamento de Ciência da Informação do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal da Paraíba.

mulheres, denunciando as violências e reivindicando a implantação de órgãos de atendimento pelo poder público.<sup>4</sup>

Neste trabalho, adotamos a categoria violência contra as mulheres conceituada pela Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará) como “[...] qualquer ato ou conduta baseada no gênero que cause ou passível de causar morte, dano ou sofrimento físico, sexual, psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada” (10 ANOS..., 2004).

Seguindo a conceituação metodológica, analítica e histórica de Scott (1990, p. 14), “[...] o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, é um modo primordial de dar significado às relações de poder [...]” O conceito relações de gênero é utilizado por várias correntes de pensamento. As diversas acepções teóricas foram (são) construídas e dinamizadas tendo em vista as vertentes conceituais, políticas e históricas de quem o (a) utiliza como categoria de análise da realidade.

Para analisar a delimitação das desigualdades de gênero, Scott (1990) utiliza a perspectiva foucaultiana de poder, a qual abre espaço para compreendê-la como uma prática social que permeia todas as esferas, em nível micro e macro social. O poder, nessa vertente, não está engessado em um pólo único de soberania. Desta forma, não há como “adquirir”, “transmitir”, “guardar” o poder, uma vez que ele se dilui em diversos pontos e “[...] em meio a relações desiguais e móveis” (FOUCAULT, 1988, p. 90). Não há aqueles que o possuem (homens) e aquelas dele desprovidos (mulheres), os dois extremos da relação o detêm, ainda que seja em doses fundamentalmente desiguais e heterogêneas. Historicamente, as mulheres sempre resistiram e atuaram para o enfrentamento das discriminações sofridas em diferentes âmbitos, o que tem possibilitado a ampliação da participação política, dos direitos sexuais e reprodutivos, o acesso à educação, a implantação de políticas públicas específicas, dentre outros. Muitos são os desafios a serem superados para a promoção e garantia dos direitos das mulheres, mas, como afirma Foucault (1995, p. 91) “[...] onde há poder, há resistência”.

---

<sup>4</sup> Importante ressaltar as primeiras formas de organizações militantes, de prestação de serviços às mulheres em situação de violência, a exemplo dos SOS – Mulher (ALMEIDA, 1988).

Ancoradas nesta linha de reflexão e concebendo a informação como fonte de saber e poder, consideramos que o acesso à informação configura-se como elemento fundamental para potencializar a resistência das mulheres frente às mais distintas formas de opressão. A perspectiva teórica de Barreto (1999, *online*) acerca do conceito de informação, delineado como “conjuntos significantes com a competência e a intenção de gerar conhecimento no indivíduo, em seu grupo, ou a sociedade”, e as concepções de Nascimento e Martelletto (2004, *online*), dinamizando a informação como elemento “[...] capaz de criar ou ‘informar’ novos contextos de significado [...]”, fornecem referenciais para pensá-la como prática social imprescindível para o avanço na democratização das relações de gênero.

Nessa direção, a reflexão sobre o fenômeno da violência contra mulheres está indissociavelmente articulada à análise das ações e práticas culturais disseminadas nas mais distintas sociedades. Hall (1997, p. 16) afirma que “[...] toda ação social é “cultural”, que todas as práticas sociais expressam ou comunicam um significado e, neste sentido, são práticas de significação”. Os símbolos culturalmente disponíveis, as

práticas culturais, as representações disponíveis que naturalizam os comportamentos de homens e mulheres – e alocam às últimas um menor valor social – podem ser ressignificados por intermédio da informação.

Fadel et al. (2010, p. 16) pontuam que o conjunto de ações implantadas no processo de gerenciamento do fluxo informacional tenham como pano de fundo o ponto de vista político e social, ou seja, transformando, por exemplo, significados e práticas culturais com relação à violência de gênero e, subsidiando estratégias para que as mulheres conheçam o seus direitos e se fortaleçam na superação do medo, da vergonha, do isolamento que perpassam a dinâmica da violência.

No que concerne à informação estatística, destacamos que a Lei nº 11.340/2006, Lei Maria da Penha, significativo avanço no enfrentamento à violência contra as mulheres, preconiza, em seu artigo 8º, § 2, a importância das informações estatísticas para a coibição da violência doméstica e familiar contra as mulheres, pautando a promoção de pesquisas e estudos, estatísticas, com a perspectiva de gênero, raça e etnia, relativas à frequência, causas e

consequências da violência doméstica e familiar contra as mulheres.<sup>5</sup>

### **3 CENTROS DE REFERÊNCIA DE ATENDIMENTO À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA**

Para compreender a trajetória de criação dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência é fundamental resgatar de forma breve a atuação dos movimentos feministas e de mulheres no contexto político de intensa repressão, por parte do regime militar, na medida em que lutaram pela redemocratização do país e pelo avanço da pauta de gênero na agenda pública e do Estado. O feminismo brasileiro, em sua pluralidade, em suas múltiplas frentes, consolidou-se e revolucionou o espaço da política:[...] em torno da afirmação de que o “pessoal é político”, pensado não apenas como uma bandeira de luta mobilizadora, mas como um questionamento profundo dos parâmetros conceituais do político (COSTA, 2005, p. 2).

Neste processo, salientamos o movimento de mulheres negras como

sujeito político ativo no que tange a ampliação da cidadania, a afirmação do racismo como marcador social de desigualdades e na luta pela inclusão de políticas específicas para as mulheres negras no âmbito estatal. No Rio de Janeiro, em 1980 foi criado o grupo Luiza Mahin, segmento do Movimento Negro Unificado - MNU. Em 1982 e em 1983, foram criados em São Paulo e no Rio de Janeiro, respectivamente, o Coletivo de Mulheres Negras. Em 1985, o Centro de Mulheres da Favela e Periferia do Rio de Janeiro.

Segundo Carneiro (2003), as mulheres negras ampliaram o leque de análise sobre a situação social das mulheres, trazendo à tona a problematização da perspectiva feminista clássica alicerçada numa concepção reducionista e universalista da categoria mulher, embasada no paradigma da mulher branca ocidental. A autora destaca, desta forma, que a interseção das opressões de raça e gênero potencializa a violência, a exclusão e a desigualdade econômica, política, cultural das mulheres negras.

---

<sup>5</sup> Destaca-se também a Lei 10.778, de 24 de novembro de 2003, que estabelece a notificação compulsória dos casos de violência contra as mulheres atendidas nos serviços de saúde públicos e privados. A Central de Atendimento 180 da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) tem produzido informações estatísticas sobre o panorama da violência contra as mulheres no país.

[...] Pensar a contribuição do feminismo negro na luta anti-racista é trazer à tona as implicações do racismo e do sexismo que condenaram as

mulheres negras a uma situação perversa e cruel de exclusão e marginalização sociais. Tal situação, por seu turno, engendrou formas de resistência e superação [...] (CARNEIRO, 2003, p. 129).

À luz deste cenário de resistências e mobilizações, no bojo do processo de democratização da sociedade brasileira, de conquistas obtidas com a Constituição de 1988 e da ratificação pelo Estado Brasileiro de tratados internacionais, alguns estados e municípios, sob a forte influência do movimento feminista, previram em leis orgânicas a criação de Conselhos de Defesa da Mulher, Delegacias de Atendimento à Mulher, Centros de Referência e Casas Abrigo (SARDEMBERG; COSTA, 2011).

Os centros de referência de atendimento à mulher em situação de violência, foco deste trabalho, constituem estruturas essenciais do programa de prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres. Por meio de ações globais e de atendimento interdisciplinar (psicológico, social, jurídico, de orientação e informação), visam promover a ruptura da violência e a construção da cidadania para as mulheres em situação de violência (BRASIL, 2006).

No conjunto das políticas públicas de combate à violência, os centros de

referência ampliaram o atendimento pautado originalmente na ótica da segurança, incorporando perspectiva preventiva, multidisciplinar e integrada (BRASIL, 2011). O primeiro órgão implantado no país com essas características foi a Casa Eliane de Grammont/SP, criada em 9 de março de 1990. Em 2002, existiam apenas 17 centros de referência em âmbito nacional (SILVEIRA, 2006). Em 2003, eram 36 implantados, em 2007, o número passou para 110 e, atualmente, 226 serviços estão em funcionamento no país.<sup>6</sup> Em que pesem as análises sobre a insuficiência dos órgãos, tendo em vista a dimensão da violência contra mulheres no país, é notório que desde 2003, com a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres - SPM, órgão vinculado à Presidência da República, com a responsabilidade de formular e propor diretrizes de ação governamental para a promoção dos direitos das mulheres, a infraestrutura de atendimento às mulheres em situação de violência e o combate à violência avançaram significativamente no Brasil<sup>7</sup>.

---

<sup>6</sup>Informação disponível em: [https://sistema3.planalto.gov.br//spm/atendimento/atendimento\\_mulher.php?uf=TD](https://sistema3.planalto.gov.br//spm/atendimento/atendimento_mulher.php?uf=TD)

<sup>7</sup> Destacamos a realização da I, II e III Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, a Lei Maria da Penha, o Programa Mulher Viver sem Violência, a Central de Atendimento às Mulheres – Disque 180. Para maiores informações, acessar: <http://www.spm.gov.br/>

A implantação de organismos de políticas para as mulheres (Secretarias, Coordenadorias de Políticas para as Mulheres) em nível federal, estadual e municipal, bem como dos serviços da rede de atendimento às mulheres em situação de violência (centros de referência, defensorias da mulher, promotorias da mulher, juizados especializados de violência doméstica e familiar, dentre outros), deve ser assumida pelos Estados, pois se configura como campo estratégico para a ampliação da democracia, a redução das assimetrias de gênero e a superação da situação de violência.

Por um lado, a mobilização da sociedade e a pressão sobre os governos exercida pelas organizações feministas e de mulheres fazem com que as demandas por mais direitos, mais políticas e mais poder cresçam e tenham algum nível de resposta tanto nacional quanto internacionalmente. Por outro lado, a criação e o fortalecimento dos mecanismos governamentais de políticas para as mulheres reforçam o debate sobre os direitos das mulheres e a implementação de políticas públicas destinadas a promover a igualdade (SOARES, 2014, p. 38).

### 3.1 APRESENTANDO O CENTRO DE REFERÊNCIA DA MULHER FÁTIMA LOPES

O Estado da Paraíba possui uma rede de atendimento às mulheres em

situação de violência, composta por nove Delegacias de Atendimento à Mulher (DEAMs), e dois Núcleos de Atendimento à Mulher em delegacias seccionais, seis Centros de Referência de Atendimento à Mulher, duas Promotorias da Mulher, duas Casas Abrigo, dois Juizados de Violência Doméstica e Familiar, um Núcleo da mulher na Defensoria Pública, três Serviços de Perícia e treze Serviços de Atenção à Saúde das Mulheres em Situação de Violência Sexual, sendo que três realizam a interrupção voluntária da gravidez, nos casos previstos por lei.

No tocante aos Centros de Atendimento à Mulher, o estado da Paraíba possui seis equipamentos: Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra de João Pessoa, implantado em 2007, Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM) Suzane Alves da Silva, de Cajazeiras (2010), Centro de Referência de Atenção à Mulher, Santa Luzia (2010), Centro de Referência de Atendimento à Mulher Professora Ana Mendes Leite, Campina Grande (2012) e Centro de Referência de Atendimento à Mulher, Patos, 2014.

O Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes foi implantado em dezembro de 2012, na cidade de Campina Grande. É um equipamento



público específico para o atendimento psicológico, social, de arte-educação, orientação e encaminhamento jurídico para as mulheres. Funciona de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 14h às 17h, e atende às mulheres da região da Borborema<sup>8</sup>. Está ligado à Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana - SEMDH, instituída em 2011, que, entre outras ações, articula, formula e executa políticas públicas para mulheres, população negra, comunidades tradicionais e lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais - LGBT, por meio da Gerência Executiva de Equidade de Gênero, Gerência Executiva LGBT e a Gerência Executiva de Equidade Racial. Importante ressaltar que a SEMDH foi implantada como desdobramento da atuação de setores organizados de mulheres na Paraíba<sup>9</sup> e tem se constituído como um marco no enfrentamento às desigualdades de gênero no Estado e na

estruturação da rede de atendimento às mulheres em situação de violência<sup>10</sup>.

No CRMFL a mulher que procura o serviço é acolhida pelas profissionais que, depois de escutá-la, encaminham-na para o atendimento no próprio CRMFL ou para serviços da rede de enfrentamento à violência. Paralelamente, a equipe técnica realiza ações de intervenção na comunidade e fortalecimento da rede de atendimento, por meio de campanhas educativas e palestras de prevenção da violência doméstica.

O centro integra a Rede Estadual de Atenção às Mulheres em Situação de Violência. (REAMCAV), responsável por realizar encontros periódicos para a discussão de ações intersetoriais entre as instituições, órgãos governamentais, não governamentais, objetivando traçar estratégias para o enfrentamento à violência. Coordenada pela SEMDH, a REAMCAV é composta por Delegacias da Mulher, Defensoria Pública, Centros de Referência Especializado de Assistência Social, serviços de Saúde, Centros de Referência da Mulher, entre outros e organizações de mulheres da sociedade civil. A integração entre os serviços da

---

<sup>8</sup> O centro fica localizado à Rua Pedro I, 558, no bairro São José, em Campina Grande.

<sup>9</sup> Dentre redes, articulações e organizações da sociedade civil articuladas a promoção dos direitos das mulheres, ressaltam-se a Rede de Mulheres em Articulação na Paraíba/Articulação de Mulheres Brasileiras; o Fórum de Mulheres da Paraíba; a União Brasileira de Mulheres da Paraíba; Marcha Mundial de Mulheres; Cunchã Coletivo Feminista; Centro da Mulher 8 de Março; Bamidelê - Organização de Mulheres Negras na Paraíba e a Comissão da Mulher Advogada (OAB) em João Pessoa. O Estado possui um Conselho Estadual de Direitos da Mulher e três Conselhos Municipais.

---

<sup>10</sup> Destacamos a Casa Abrigo Aryane Thais, os aparelhos celulares do Programa SOS Mulher, que serão utilizados como ferramenta preventiva para atender mulheres em situação extrema de violência ou risco iminente de morte.

rede de atendimento é essencial para coibir a denominada rota crítica expressa por Camargo e Aquino (2003, p. 41) como “[...] exposição da vítima a novas agressões, por debilidades dos sistemas preventivos; isolamento social e constantes deslocamentos visando à fuga da perseguição iniciada pelo agressor [...]”.

Em outubro de 2014, foi lançado o Sistema Estadual de Informação às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e Sexual, que registrará dados de atendimento de violência doméstica e sexual dos órgãos e organizações que atuam na rede de atendimento. Neste contexto, o mapeamento e a disseminação do perfil das mulheres atendidas no CRMFL pretende colaborar para aprimorar o sistema de informação e subsidiar o desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre violência contra as mulheres.

#### **4 METODOLOGIA**

A abordagem metodológica do estudo foi pautada no caráter interativo das pesquisadoras com a comunidade pesquisada, no processo de construção de interfaces de organização e comunicação da informação. Nesse

sentido, adotamos a pesquisa-ação. (THIOLLENT, 1997). O estudo inseriu-se numa abordagem quantitativa, com a qual objetivamos descrever os indicadores e as tendências observáveis do perfil das mulheres atendidas no equipamento (MINAYO; SANCHES, 1993). Importante ressaltar que a equipe do CRMFL entendia a necessidade de organização das fichas de atendimento e a produção de informação estatística como recurso estratégico para incrementar seu trabalho, visando promover os direitos das mulheres. A equipe técnica sistematizava as informações, entretanto, no cotidiano, a demanda de trabalho e o grande volume de informação dificultaram a organização no sentido de criação de um banco de dados e conseqüentemente a geração de informação estatística.

Considerando os objetivos propostos, o procedimento de coleta de dados foi dinamizado por meio da pesquisa documental, com foco nas fichas de atendimento individual das mulheres que acessaram o CRMFL no ano de 2013. As estratégias de ação foram alicerçadas nos princípios e técnicas da Gestão da Informação para a criação de um banco de dados no programa Excell®. Utilizamos o caminho apontado por Choo (2003), para o processamento

informacional na organização: a identificação de necessidades de informação, aquisição, organização e armazenamento, desenvolvimento de produtos, serviços, distribuição e utilização da informação, com o objetivo de gerar conhecimento e fortalecer os recursos informacionais da organização. Os dados serão apresentados por meio da estatística descritiva.

#### **4 RESULTADOS PRELIMINARES: breve perfil das usuárias**

Em 2013, noventa e três mulheres (93) mulheres procuraram o CRMFL. Organizamos os documentos, padronizamos o registro de variáveis referentes à dinâmica da violência e criamos categorias classificatórias para transferência/armazenamento ao programa Excel. Com este processo de atividades, geramos informação estatística, relativa ao perfil das mulheres atendidas, tais como: situação conjugal, escolaridade, faixa etária, raça, número de filhos(as), profissão, ocupação, renda, religião, deficiência, canal pelo qual tomaram conhecimento do CRMFL, orientação sexual, região de moradia, tipo de violência sofrida, local da ocorrência e relação com o (a) autor da violência. Para

fins deste artigo, descreveremos as informações referentes a: faixa etária, situação conjugal, escolaridade, caracterização étnico-racial, orientação sexual, renda, ocupação, relação com o (a) autor(a) da violência, local de ocorrência da violência e os tipos de violência sofrida.

Segundo o levantamento realizado, verificamos que as mulheres que acessaram o CRMFL, no período eram jovens, onde mais da metade 55% estava na faixa-etária entre 18 a 38 anos (GRÁFICO 1), e possuíam baixo nível de escolaridade. Os indicadores mostram que 40% não concluíram o ensino fundamental. Apenas 11% das usuárias, chegaram ao ensino superior, destas 6% concluíram<sup>11</sup> (GRÁFICO 2). Em relação à orientação sexual, 76% se definiram como heterossexuais e quanto às demais, 24%, não havia a informação sobre orientação sexual na ficha de atendimento<sup>12</sup>. No tocante à religião, as informações captadas revelaram que mais da metade, 42%, eram católicas, 26% evangélicas e 4% declararam não ter religião. As mulheres espíritas, testemunhas de Jeová

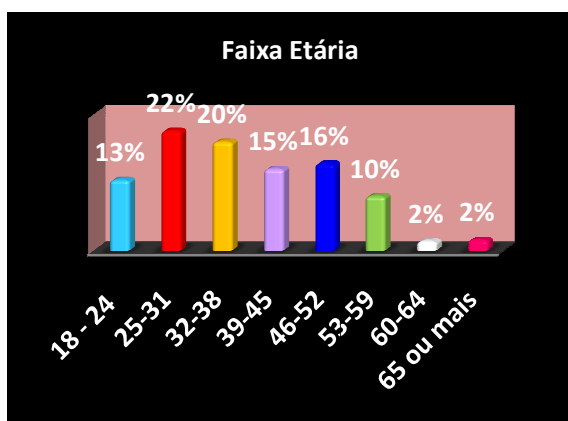
---

<sup>11</sup> Fundamental Incompleto (Fund. Incompleto). Fundamental Completo (Fund. Completo). Superior completo/Inc. (Superior Completo e Superior Incompleto).

<sup>12</sup> Utilizamos a sigla Não Informada (NI) para as situações em que não foram localizadas as informações na ficha de atendimento. No decorrer da pesquisa, profissionais da equipe técnica recuperaram, com as mulheres, algumas informações não registradas.

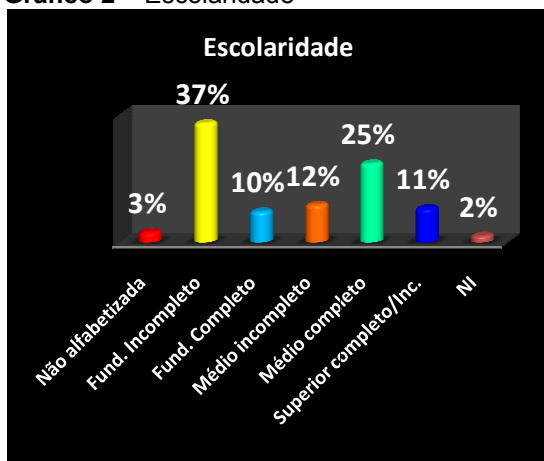
somaram 3%, e 25% não declararam e não tiveram a informação registrada na ficha de atendimento. Sobre a cidade de origem, predominou a proporção de mulheres oriundas de Campina Grande, 77%; e os municípios de Queimadas, Fagundes, Lagoa Seca correspondem a 6%, 3% e 3%, respectivamente. Outras cidades citadas registradas foram Vicente do Seridó, Barra de Santana, Esperança, Natuba, Bananeiras e Galante.

**Gráfico 1** – Faixa Etária



Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

**Gráfico 2** – Escolaridade



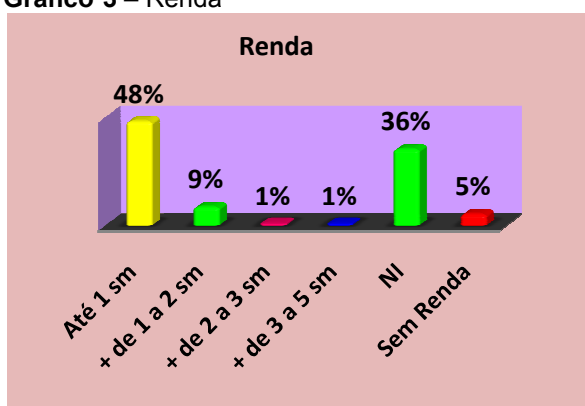
Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

No grupo estudado, com relação à ocupação no mercado de trabalho, observamos que 23% exerciam trabalho doméstico e 19% eram autônomas. Quanto à renda, o gráfico 3 mostra que as mulheres apresentam baixa taxa de rendimento: 48% estavam na faixa de até um salário mínimo (SM), 9%, na proporção entre um a dois salários-mínimos, e uma pequena porcentagem, 2%, revelou receber remuneração entre dois e cinco salários mínimos. Uma proporção de 5%, enunciou não possuir renda. Há que se destacar a elevada porcentagem de mulheres que não declararam ou não tiveram o registro de renda captado (36%). Esta deficiência limita a descrição e análise da informação e será aprofundada, posteriormente, por meio de entrevistas qualitativas.

Ainda no que tange à renda, observamos a alta proporção de mulheres, 53%, sem rendimento e com rendimento de até um salário mínimo, como pode ser observado no gráfico 3. Os dados apresentados pelo IBGE (2010), comparando o rendimento de mulheres e homens na Paraíba e em Campina Grande, evidenciam as disparidades nesta questão. A proporção de homens sem rendimento na Paraíba é de 27,5% e, em Campina Grande, 21,40%. Nos casos

das mulheres, os dados revelam que, na Paraíba, 29,40% das mulheres não possuem rendimento, e em Campina, 32,20%<sup>13</sup>. No PNAD, em 2012, no tocante à remuneração, o rendimento médio das mulheres ocupadas equivale a 72,9% do que recebem os homens no mercado de trabalho.

**Gráfico 3 – Renda**



Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

A autonomia econômica e o acesso à educação configuram-se como essenciais para a igualdade de gênero e para a inclusão social das mulheres, mas as informações estatísticas do CRMFL, referentes ao acesso à educação, à renda e à categoria profissional, explicitam o contexto de vulnerabilidade social das mulheres que acessaram o órgão: baixo nível de escolaridade, inserção profissional em profissões com pouca valorização,

baixo salário, sem proteções e garantias legais.

A elevação da escolaridade feminina tem ocasionado novas oportunidades de emprego para a população feminina e se consolidado nos últimos anos, mas ainda não apresenta ressonâncias na inserção igualitária das mulheres no mercado de trabalho. Persistem obstáculos de acesso a profissões valorizadas social e financeiramente, ao mercado formal, a rendimentos iguais aos dos homens e à posse da carteira assinada. A concentração de 42% das mulheres, que procuraram o CRMFL, no trabalho doméstico e autônomo corrobora este cenário. Conforme o Dieese (2013) em estudo sobre a caracterização do trabalho doméstico no Brasil, as empregadas domésticas, majoritariamente, possuem baixa escolaridade, muitas são chefes de família e negras.

No que tange à caracterização étnico-racial das mulheres que acessaram o CRMFL, constatou-se que 30% das mulheres se autodeclararam brancas; 10%, pretas; 37%, pardas; e um alto índice de mulheres, 23%, não informou ou não teve o registro computado na ficha de atendimento<sup>14</sup>. Houve, segundo integran-

<sup>13</sup> Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0,250400,25&cat=118,-1,2,-2,-3,87&ind=8197.348.809>

<sup>14</sup> Utilizamos a categorização do IBGE para classificar os dados: Branca, Preta, Parda, Amarela e Indígena.

tes da equipe, dificuldades para as mulheres se autodeclararem e as profissionais identificarem a caracterização étnico-racial.

Importante assinalar que as informações estatísticas apontadas serão desagregadas por raça/cor e aprofundadas com realização de pesquisa qualitativa, mas é essencial destacar as ressonâncias do processo histórico das relações raciais no Brasil, nas condições de vida das mulheres negras, na forma como vivenciam a violência e no acesso aos recursos para superá-la.

A utilização do conceito de raça nesta pesquisa alicerça-se em um posicionamento político e metodológico alinhado à corrente teórica de Stuart Hall (2003, p. 69):

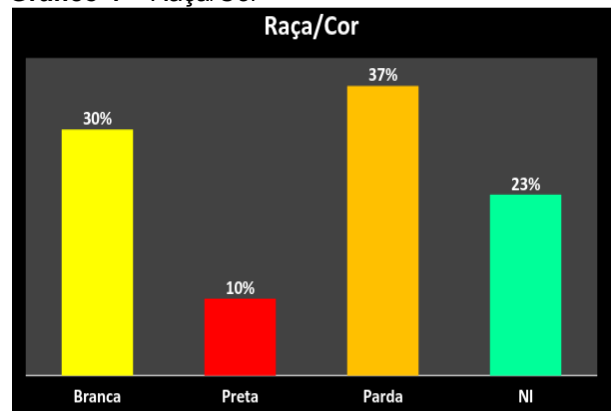
Conceitualmente, a categoria 'raça' não é científica. As diferenças atribuíveis à 'raça' numa mesma população são tão grandes quanto àquelas encontradas entre populações racialmente definidas. 'Raça' é uma construção política e social. É a categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão – ou seja, o racismo (HALL, 2003, p. 69).

Os reflexos negativos da intersecção entre as desigualdades de raça e gênero são visualizados em estudos os quais denunciam que as mulheres negras,

em média, ganham menos que os homens brancos, as mulheres brancas e os homens negros, morrem mais em decorrência da mortalidade materna, possuem menor acesso à educação, com índices reduzidos de participação na educação superior e na pós-graduação, por exemplo (RUFINO, 2001; SILVA, GOES, 2013; SILVA, 2012).

O que poderia ser considerado como história ou reminiscências do período colonial permanece, entretanto, vivo no imaginário social e adquire novos contornos e funções em uma ordem social supostamente democrática, que mantém intactas as relações de gênero segundo a cor ou a raça instituídas no período da escravidão. As mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras (CARNEIRO, 2003, *online*).

Gráfico 4 – Raça/Cor

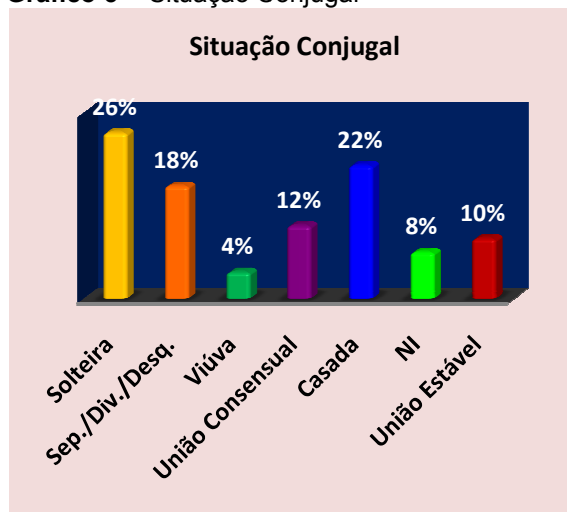


Fonte: Dados da Pesquisa (2014).

Estudos de Almeida e Pereira (2012) explicitam como a interseccionalidade “[...] ou categoria de articulação entre diferenciações” (PISCITELLI, 2008, p. 263) possibilita compreender a violência doméstica e familiar contra mulheres pretas e pardas. A interseccionalidade traz contribuições para a reflexão sobre a forma como a imbricação dos marcadores sociais de diferenças potencializa as relações de poder, e também lança luz sobre as possibilidades das mulheres resistirem e re(significarem) a situação de violência. É essencial atenção para a não linearidade das expressões do racismo, do sexismo e da classe nas experiências das mulheres em situação de violência, tendo em vista os aspectos culturais, históricos e subjetivos.

[...] tipos de subjetividade quanto como formas da subjetividade são marcadas por estruturas de diferença fundadas no gênero, na raça, na etnicidade [classe social, geração, regionalidade, sexualidade] e assim por diante. [...] De um ponto de vista analítico e político, elas devem ser especificadas no contexto e nunca supostas de antemão. O que é claro é que essas formas da diferença estão mutuamente imbricadas, e que, embora possamos falar de prioridades ou determinações entre conjuntos de diferenças, devemos estar cientes de que elas nunca poderão ser cabalmente separadas entre si (MOORE, 2000, p. 16).

**Gráfico 5 - Situação Conjugal**



Fonte: Dados da Pesquisa (2014).

Sobre a situação conjugal das mulheres pesquisadas, encontramos: 44% casadas, em união estável ou em união consensual, e 18% separadas, divorciadas ou desquitadas<sup>15</sup>. A maioria (76%) das que afirmaram terem sofrido violência psicológica, física, patrimonial, moral e sexual, os tipos de violência com maior proporção foram: física e psicológica (42%), psicológica (18%), seguida da patrimonial, física e psicológica (14%).

Verificamos que os autores das agressões, majoritariamente (75%) foram (ex) companheiros, maridos e namorados das vítimas, isto é, pessoas com quem as mulheres mantinham/mantém vínculos de afeto. Somente 1% da violência teve como autores pessoas desconhecidas. No que se refere ao local da violência,

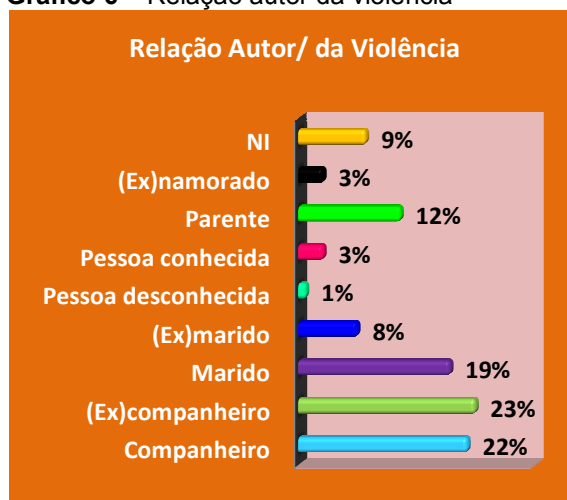
<sup>15</sup> Sep/Div/Desq. (Separada, Divorciada ou Desquita)

predominou o domicílio, com 53% dos registros.

Diversos estudos, tanto internacionais como nacionais (WASELFIZ 2012; OMS, 2013; PRADO, 2014) mostraram que as agressões e feminicídios são praticados, em geral, nas relações de intimidade e o domicílio é um dos locais mais perigosos para as mulheres. Conforme o Mapa da Violência (2012), 41% das mortes femininas ocorreram na casa da vítima.

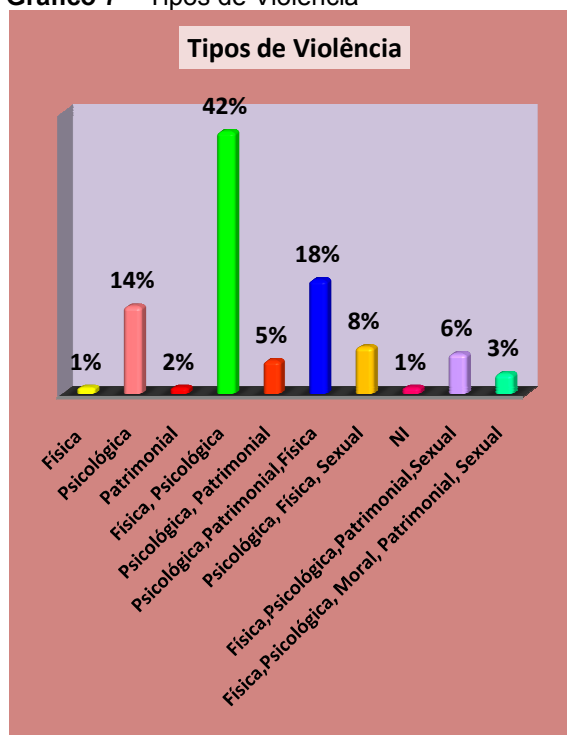
De acordo com Saffioti e Almeida (1995), a violência de gênero é rotinizada, cometida por “parceiro” ou ex-“parceiro”, seguindo uma escalada, englobando uma série de “pequenos assassinatos” diários da mulher. São cenas de violências cotidianas, ameaças, chantagens, perseguições, lesões, entre outras cruéis e refinadas violências. Em concordância com estas premissas, Bandeira e Almeida (2006) enunciam que as condicionantes de gênero, referentes a certas classificações e compreensões de violência, levam ao não reconhecimento da violência produzida na intimidade e na rotina de uma relação conjugal e, à consequente aprovação dos atos abusivos cometidos pelos homens na posição de senhores e donos de suas mulheres (BANDEIRA; ALMEIDA, 2006).

**Gráfico 6 – Relação autor da violência**



Fonte: Dados da Pesquisa (2014).

**Gráfico 7 – Tipos de Violência**



Fonte: Dados da Pesquisa (2014).

Estas informações explicitam que foram as mulheres em situação de grande vulnerabilidade social que acessaram o CRMFL. Destarte, o equipamento configura-se como política pública imprescindí-



vel para o enfrentamento à violência, as situações de desigualdade e pobreza que afetam a vida das mulheres. Essencial destacar que a violência não está exclusivamente atrelada a mulheres de classes sociais desfavorecidas, contudo, o que se pode inferir é que o Centro de Referência da Mulher Fátima Lopes, no ano de 2013, foi acessado, principalmente, pelas mulheres mais excluídas socialmente.

Tal situação reforça a compreensão acerca da imprescindível articulação entre os governos, organizações não governamentais, universidades, movimentos sociais, serviços de segurança, justiça, saúde, assistência social, geração de trabalho e renda, educação visando elaborar estratégias coletivas para vencer os desafios com relação à violência.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A informação é um insumo estratégico para o desenvolvimento social, tecnológico, científico, econômico, político, cultural das organizações. No mundo atual, onde cada vez mais as organizações dependem da informação que produzem de forma rápida e eficiente, torna-se premente a Gestão da Informação para a implementação de

técnicas que convirjam no sentido de garantir acessibilidade da informação e a geração de conhecimento. A articulação dos Estudos de Gênero com a Gestão da Informação é fundamental na produção de conhecimento científico, na visibilidade da violência contra as mulheres e na sua coibição.

As variáveis aqui apresentadas fazem parte de um universo maior de informações, que aprofundaremos teoricamente num momento posterior, para que possamos compreender a dinâmica da violência vivenciada pelas mulheres que acessam a organização.

Imprescindível frisar que o Centro de Referência Fátima Lopes vem assumindo ação significativa no atendimento às mulheres em situação de violência, promovendo também uma mudança nas dimensões simbólica e cultural, na medida em que se situa como unidade informacional privilegiada de produção e disseminação de conteúdos informacionais que delineiam caminhos para a garantia dos direitos humanos das mulheres.

Por fim, almejamos que as informações disponibilizadas neste quadro introdutório possam estimular e subsidiar o desenvolvimento de novas pesquisas, o cruzamento com outros registros do Cen-

tro de Referência e demais órgãos da rede de atendimento para possibilitar o diagnóstico da realidade local e o avanço no desenvolvimento de ações integradas para a garantia da autonomia das mulheres.

## AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos especiais às equipes do Centro de Referência da Mulher “Fátima Lopes” e da Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana do Estado da Paraíba, pela parceria na realização da pesquisa.

### **WOMANOFREFERENCECENTERFATIMALOPES:** *violence against women and information*

#### **ABSTRACT**

*Violence is a violation of Human Rights that affects women of all ages, from varied social classes, from different regions, ethnic and racial groups, educational levels and religions in Brazil as a whole. One of the main challenges in the strategies of prevention and dimensioning of the phenomenon in the country is centered on the information processing. In this sense, the research is proposed to investigate the violence against women, with the interface of the theoretical foundation and principles of Information Management. The main objective is to create a database with the profile of women who are attended in the Reference Center for Women Fátima Lopes, which is situated in Campina Grande, Paraíba. The study is inserted in a quantitative approach, in which it is aimed to describe the indicators and observable tendencies of the profile of women who are attended in the equipment. The results appoint that The Reference Center for Women Fátima Lopes has assuming a significant role in the attendance of women in violence situation, being necessary to improve, in a continuous way, the information management, aiming the planning of actions and the decision making in accordance to the informational needs of these women.*

**Keywords:** *Information. Information Management. Violence against Women. Places of Attendance to women in violence situation. Gender Studies.*

---

**Recebido em: 15/10/2014**

**Aceito em: 28/11/2014**

---

## REFERÊNCIAS

10 ANOS da adoção da convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher: convenção de Belém do Pará. Brasília: AGENDE, 2004. Disponível em: <<http://artemis.org.br/wp-content/uploads/2013/11/revista-convencao-Belem-do-Para.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2014.

ALBUQUERQUE, M. E. B. C.; NASCIMENTO, D. S. A informação na

comunidade Santa Clara: o que mudou. **Biblionline**, João Pessoa, v. 1, n.1, p. 1-15, 2005.

ALMEIDA, T. M. C.; PEREIRA, B. C. J. Violência doméstica e familiar contra mulheres pretas e pardas no Brasil: reflexões pela ótica dos estudos feministas latino-americanos. **Crítica e Sociedade: revista de cultura política**, v.2, n.2, P. 42-63, dez.2012.

ALMEIDA, S. **Femicídio**: algemas (in) visíveis do público-privado. São Paulo: Reivinter, 1998.

BANDEIRA, L.; ALMEIDA, T.M.C. A violência contra as mulheres: um problema coletivo e persistente. In: LEOCÁDIO, E.; LIBARDONI, M. (Orgs.). **O desafio de construir redes de atenção às mulheres em situação de violência**. Brasília: AGENDE, 2006.

BARRETO, A. A. A oferta e a demanda da informação: condições técnicas, econômicas e políticas. **Ciência da Informação**, v. 28, n. 2, 1999.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília, 7 de agosto de 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm)>. Acesso em: 04 nov. 2014.

\_\_\_\_\_. SPM intensifica debate público sobre feminicídio na América Latina e Caribe 2013. **Observatório Brasil da Igualdade de Gênero**, Disponível em: <<http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/noticias/spm-intensifica-debate-publico-sobre-feminicidio-na-america-latina-e-caribe/>>. Acesso em: 04 nov. 2014.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Rede de enfrentamento à violência contra as mulheres**. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://www.sepm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2011/rede-de-enfrentamento>>. Acesso em: 08 jul. 2012.

BRUFEN, L. S.; NASCIMENTO, B. S. A questão de gênero na literatura em ciência da informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 18, Edição Especial, p. 199-214, dez. 2012. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/33285>>. Acesso em: 20 set. 2012.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo**: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. 2003. Disponível em: <<http://www.unifem.org.br/sites/700/710/0000690.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2013.

CHOO, C. W. **Gestão da informação para a organização inteligente**: a arte de explorar o meio ambiente. Lisboa: Caminho, 2003.

COSTA, A. A. A. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Labrys: Estudos feministas**, n. 3, jan./jul. 2005.

DIEESE. O emprego doméstico no Brasil. **Estudos e Pesquisas**, n. 68, ago. 2013.

ESPÍRITO SANTO, Patrícia. Os estudos de gênero da ciência da informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 317-332, jul./dez. 2008.

FADEL, Bárbara et al. Gestão, mediação e uso da informação. In: VALENTIM, Marta (Org.). **Gestão, mediação e uso da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 13-31. Disponível

em: <[http://www.culturaacademica.com.br/downloads/%7B0CD8B066-775C-4CF1-AF3D-4F6C764E13E3%7D\\_Gestao\\_me\\_diacao-digital.pdf](http://www.culturaacademica.com.br/downloads/%7B0CD8B066-775C-4CF1-AF3D-4F6C764E13E3%7D_Gestao_me_diacao-digital.pdf)>. Acesso em: 01 jul. 2014

FOUCAULT, M. **História da sexualidade**. Rio de Janeiro: Graal, 1988. v.1.

\_\_\_\_\_. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H., RABINOW, P. **Michel Foucault: Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

GARCIA, J. C. R.; TARGINO, M. G.; DANTAS, E. R. F. Conceito de responsabilidade social da Ciência da Informação. **Informação & Informação**, v. 17, p. 1-25, 2012. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/12309/11372>>. Acesso em: 20 set. 2012.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 15-46, jul./dez. 1997.

\_\_\_\_\_. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

KELLAND, K. **Violência contra mulheres causa "epidemia de saúde", diz OMS**. Publicado em 20 jun. 2013. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/mundo/noticias/violencia-contra-mulheres-causa-epidemia-de-saude-global-diz-oms>>. Acesso em: 04 nov. 2014.

SOARES, V. O debate sobre os direitos das mulheres: um olhar sobre o cenário internacional. In: BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as

Mulheres. **Revista observatório Brasil da igualdade de gênero**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2014. Disponível em: <[http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/publicacoes/revista-do-observatorio-brasil-da-igualdade-de-genero-edicao-especial-10-anos-da-spm/at\\_download/file](http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/publicacoes/revista-do-observatorio-brasil-da-igualdade-de-genero-edicao-especial-10-anos-da-spm/at_download/file)>. Acesso em: 04 nov. 2014.

MINAYO, M. C.; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Caderno de Saúde Pública**, São Paulo, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul./set. 1993.

MOORE, Henrietta. Fantasias de poder e fantasias de identidade: gênero, raça e violência. **Cadernos Pagu**, v. 14, p. 13-44, 2000.

NASCIMENTO, D. M.; MARTELETO, R. M. A informação construída nos meandros dos conceitos da teoria social de Pierre Bourdieu. **DataGramaZero**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 5, out. 2004. Disponível em: <[www.dgz.org.br/out04/Art\\_05.htm](http://www.dgz.org.br/out04/Art_05.htm)>. Acesso em: 10 jul. 2012.

OLINTO, G. Indicadores de gênero para a sociedade do conhecimento. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ENANCIB, 7., 2006, Marília. **Anais eletrônicos...** Marília: Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da UNESP, 2006. 1 CD-ROM.

OMS, Organização Mundial da Saúde. **Em casos de violência contra a mulher, a agressão mais comum é do parceiro íntimo**. Publicado em 21 jun. 2013. Disponível em: <<http://www.compromissoetatitude.org.br/em-casos-de-violencia-contra-a-mulher-a-agressao-mais-comum-e-do-parceiro-intimo-ultima-instancia-21062013/>>. Acesso em 04 nov. 2014.

- PISCITELLI, A. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, v.11, n.2, p. 263-274, jul./dez. 2008.
- PRADO, D. **Dados do Ligue 180 revelam que a violência contra mulheres acontece com frequência e na frente dos filhos**. Publicado em 09 set. 2014. Disponível em: <<http://www.compromissoeatitudede.org.br/dados-do-ligue-180-revelam-que-a-violencia-contra-mulheres-acontece-com-frequencia-e-na-frente-dos-filhos/>>. Acesso em: 04 nov. 2014.
- RUFINO, Alzira. **Violência contra a mulher: um novo olhar**. São Paulo: Casa de Cultura da Mulher Negra, 2001.
- SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SAFFIOTI, H. I. B.; ALMEIDA, S. S. **Violência de gênero: poder e impotência**. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.
- SARDENBERG, C.; COSTA, A. A. A. Feminismos no Brasil: enunciando e canalizando demandas das mulheres em sua diversidade. **Labrys** (Edição em Português. Online), v. 20, p. 1-30, 2011.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Sociedade**, Porto Alegre, v. 16, p. 5-22, 1990.
- SILVA, J. A. N. Desigualdade de oportunidades e as políticas de ações afirmativas. In: TELLA, M. A. P (Org.). **Educação, ações afirmativas e relações étnico-raciais no Brasil**. João Pessoa: NEABI/UFPB, 2012. p. 57-64. (Cadernos Afro-Paraibanos,1).
- SILVA, T. D.; GOES, F. L. (Org.). **Igualdade racial no Brasil: reflexões no ano internacional dos afrodescendentes: reflexões no ano internacional dos afrodescendentes**. Brasília: Ipea, 2013. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro\\_igualdade\\_racialbrasil01.pdf/](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_igualdade_racialbrasil01.pdf/)>. Acesso em: 04 nov. 2014.
- SILVEIRA, L. P. Serviços de atendimento a mulheres vítimas de violência. In: DINIZ, S. G./ SILVEIRA, P. L.; MIRIN, L. A. L. (Orgs.). **Vinte e cinco anos de respostas brasileiras em violência contra a mulher: alcances e limites**. São Paulo: Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, 2006, p. 45-77.
- THIOLLENT, M. **Pesquisa-ação nas organizações**. São Paulo: Atlas, 1997.
- WAISEL FIZ, J. J. **Mapa da violência 2012: atualização homicídio de mulheres no Brasil**. São Paulo: Flacso: Disponível em <[http://mapadaviolencia.org.br/pdf2012/MapaViolencia2012\\_atual\\_mulheres.pdf](http://mapadaviolencia.org.br/pdf2012/MapaViolencia2012_atual_mulheres.pdf)>. Acesso em: 13 set. 2012.